

UTOPIA E ANARQUISMO: DISCUSSÕES CONCEITUAIS

JOSÉ ANTONIO VASCONCELOS¹

Certas palavras acumulam, com o passar dos anos, significados tantos e tão díspares entre si, que uma definição clara e precisa torna-se, por vezes, uma tarefa de difícil realização. É este o caso dos vocábulos “anarquia” e “utopia”. Anarquia, no senso comum, identifica-se com o caos, com a desordem. Neste sentido, um anarquista seria aquele que, desprovido de princípios, não teria outro interesse senão promover a desorganização da sociedade. Mas, paradoxalmente, pensadores como Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Malatesta, entre outros, que se intitularam anarquistas, assim o fizeram por uma questão de princípios. Considerá-los simplesmente como desordeiros seria um reducionismo injustificável.

Algo semelhante ocorre com a palavra “utopia”. Para Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, por exemplo, utopia é um “projeto irrealizável”, “uma quimera”.(FERREIRA, 1975, p. 1446) Karl Mannheim, por outro lado, define como utópica “somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento”.² (MANNHEIM, Segundo um autor utopia é um sonho inofensivo, de acordo com outro, uma poderosa força de transformação social. Para alguns, a utopia é

¹ Doutor em História pela Unicamp e professor do departamento de História da USP.

²MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. p. 216.

atual, popular, dinâmica e revolucionária, para outros é retrógrada, elitista, estática e conservadora. De fato, o contraste entre os diferentes sentidos deste vocábulo chega a nos causar perplexidade. Como sair deste impasse?

Não pretendo nestas páginas esgotar as múltiplas significações dos termos “anarquismo” e “utopia”, tampouco apresentar seus “verdadeiros” significados, desvinculados de qualquer conotação errônea ou imprecisa. Semelhante tarefa seria, aliás, irrealizável, pois somente o que não tem história pode ser definido de forma absoluta. Trata-se, na verdade, tão somente de estabelecer uma noção apropriada, de modo que possamos delimitar parâmetros de compreensão.

2. Utopia, uma noção problemática

Em uma época mítica, perdida nas névoas de um passado incomensuravelmente longínquo, a Terra era habitada por uma raça de homens de ouro, criada pelos imortais que habitam as olímpias moradas. É com a descrição desta raça de homens perfeitos que tem início a narrativa do mito das cinco raças, parte do grande épico da Antigüidade *Os trabalhos e os dias*, de autoria do poeta grego Hesíodo. O poeta, ao discorrer acerca dos homens de seu tempo – a raça de ferro –, lamenta não ter morrido antes ou nascido mais tarde, pois estes homens, cheios de vícios, “nunca durante o dia cessarão de labutar e penar, e à noite se destruir, e árduas angústias os deuses lhes darão”.³

³HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. São Paulo : Iluminuras, 1990.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

O mito da raça de ouro, mais tarde reelaborado sob a pena de Virgílio⁴ e de Ovídio⁵, e transformado em uma *Idade de Ouro*, representa de modo paradigmático a crença, comum a muitos povos, de que num passado extremamente remoto o mundo era perfeito, isento de males físicos e morais.

A idéia de uma “terra sem males” não é, portanto, a invenção absolutamente original de um ilustre chanceler inglês do século XVI. Trata-se, na verdade, de uma idéia que não só remonta às mais antigas tradições do mundo ocidental, como também se encontra presente em praticamente todas as culturas humanas. A *Utopia* de Thomas More, no entanto, afirma sua originalidade ao inaugurar um gênero literário bastante característico dos séculos XVI e XVII.⁶ De modo análogo a More, inúmeros autores deste período publicaram suas descrições de cidades perfeitas, isoladas em locais ainda intocados pela civilização européia. Dentre estas publicações, podemos citar *A cidade do sol*, de Campanella, *Christianopolis*, de Andreae, e *Nova Atlântida*, de Bacon, como as mais representativas do início da Idade Moderna. Com o passar do tempo o sentido do termo “utopia”, geralmente usado para designar os romances que, de uma forma ou de outra, imitavam os recursos literários da *Utopia* de More, ampliou-se ainda mais, sendo atribuído também a “todo ideal político, social e religioso de difícil ou impossível realização”.⁷ De acordo com Frank Manuel:

Por volta do século XVII utopia não se restringia mais a uma imagem falada, não mais uma narrativa dramática para retratar um modo de vida que é tão

⁴Cf. VIRGÍLIO. *Egocles*. 5. ed. Buenos Aires : México : Espasa-Calpe, 1953.

⁵Cf. OVIDE. *Métamorphoses: extraits*. Paris : Hachette, 1930.

⁶A fórmula padrão consiste no marinheiro que naufraga ou que por acaso aporta em uma terra desconhecida, conhece uma sociedade perfeita e volta à civilização para narrar o que viu.

⁷ABBAGNANO. *Dicionário de filosofia*. São Paulo : Mestre Jou, 1982. p. 949.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

essencialmente bom, e que preenche tantas aspirações profundas, que ganha imediata, quase instintiva aprovação. Ela podia abarcar também os princípios subjacentes a uma ótima sociedade, expostos e argumentados diretamente pelo autor, ou por diversos interlocutores. Utopia veio também a denotar programas gerais e plataformas para sociedades ideais, códigos e constituições que dispensavam o aparato ficcional completamente.⁸

Se for certo que esta ampliação semântica do vocábulo “utopia” trouxe como consequência um maior espectro de possibilidades para o estudo histórico das utopias, permitindo estudar sob a mesma rubrica tanto a aventura de Raphael Hitlodaues, personagem da Utopia de More, quanto os falanstérios e a metamorfose da natureza de Fourier, utopista do século XIX, há de se considerar também que os limites claros, muito bem demarcados, de um gênero literário, acabaram por transformar-se em uma região de penumbra. Se o termo “utopia” tornou-se tão vago de modo a designar “programas gerais” e “plataformas para sociedades ideais”, como então distinguir uma utopia de um plano quinquenal ou de uma mera previsão em curto prazo? Se tomarmos como parâmetro a radicalidade da transformação social proposta, ainda estaremos diante do mesmo problema, pois o que parece trivial para alguns pode ser revolucionário para outros, e a decisão acerca do que deve ou não ser considerado utópico dependerá sempre de um critério subjetivo.

Diante de tal impasse, o que deve ser incluído ou excluído do cânone das utopias, e que critério utilizar para semelhante procedimento, corremos sempre o risco de

⁸MANUEL, Frank E. & MANUEL, Fritzie P. **Utopian thought in the western world**. Oxford : Basil Blackwell, 1982. p. 2. *“By the seventeenth century utopia was no longer restricted to a speaking picture, a dramatic narrative portrayal of a way of life that is so essentially good and fulfills so many profound longings that wins immediate, almost instinctive aprobatation. It could embrace as well the underlying principles of an optimum society expounded and argued either by the author directly or by several interlocutors. Utopia also came to denote general programs and platforms for ideal societies, codes and constitutions that dipensed the fictional apparatus altogether”*.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

nos perdermos em um labirinto conceitual, jamais chegando a lugar algum. Mas podemos invocar também a autoridade daqueles que, ao se debruçarem sobre a utopia, atingiram certa notoriedade. Neste sentido, a questão da utopia tem sido objeto de estudo de inúmeros pensadores contemporâneos, como Ernst Bloch, Karl Mannheim, Martin Buber, Isaiah Berlin, Miguel Abensour, Frank Manuel, entre outros. Tais estudos buscam reatualizar o debate sobre as utopias, muitas vezes sufocado por uma interpretação dogmática e pouco dialética de alguns dos escritos de Marx e Engels sobre as utopias socialistas do século XIX. Neste artigo tomo emprestada a noção de utopia que nos é apresentada por Ernst Bloch, para o qual o ideal utópico não se confunde com o irrealizável. Num segundo momento, busco em Frank Manuel um entendimento dos elementos que caracterizam a ruptura operada pelos utópicos do século XIX com relação ao modelo de utopia de Thomas More.

3. Utopia, expressão de um desejo

Quando Marx e Engels foram encarregados pela Liga dos Justos de redigir um manifesto por ocasião de um Congresso Comunista Geral, em 1848, considerou-se fundamental que se estabelecesse a posição da Liga frente às demais tendências de esquerda. Em um capítulo intitulado *Socialismo e Comunismo Crítico-Utópicos*, Marx e Engels atacaram os “grandiosos sistemas de reforma, que, a pretexto de reorganizar a

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

sociedade, pretendem conservar as bases da sociedade atual”⁹. De acordo com o texto, os reformadores sociais em questão, qualificados de “utópicos”, propunham o fim da desigualdade social, sem perceber que a luta de classes estava apenas em seus primórdios, e que seu ulterior desenvolvimento culminaria na transformação geral da sociedade. Embora um projeto de Marx incluísse os nomes de Weitling, Cabet e Babeuf, na redação final do *Manifesto* constavam apenas os nomes de Saint-Simon, Fourier e Owen, como autores de sistemas utópicos.

Trinta e dois anos após a publicação do *Manifesto*, a questão da utopia foi retomada e aprofundada por Engels em seu opúsculo *Socialismo Utópico e Socialismo Científico*. Nele encontramos ainda a mesma tríade – Saint-Simon, Fourier e Owen –, como se neste intervalo de tempo não houvessem surgido outros autores que merecessem igualmente o qualificativo de “utópicos”. A mensagem implícita ao texto é bastante clara: a utopia corresponderia à infância do socialismo. Após o advento do “socialismo científico”, não haveria mais porque retomar a utopia. Qualquer tentativa de resgate ou continuidade das idéias de Saint-Simon, Fourier e Owen seria necessariamente retrógrada, seria o mesmo que fechar os olhos aos fatos que se desenrolam ante nossos olhos. Com a incorporação da teoria de Marx e Engels por diversos partidos de esquerda, e com a gradual institucionalização de uma ortodoxia que se afirmava marxista, “um estilo ‘científico’ nasceu, e o rótulo ‘socialismo utópico’, ou ‘regressão ao utopismo’, arma terrivelmente eficaz, serviu para condenar as mais diferentes tendências de oposição”¹⁰.

⁹BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo : Perspectiva, 1971. p. 10.

¹⁰ABENSOUR, Miguel. **O novo espírito utópico**. Campinas : Editora da Unicamp, 1990. p. 11.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social
Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

Tratava-se, no dizer de Martin Buber, de um “método de pulverização do adversário por meio da rotulação”.¹¹

Sendo assim, não devemos nos admirar do impacto causado por Ernst Bloch com a publicação de *Geist der Utopie* e *Das Prinzip Hoffnung*, obras nas quais o termo “utopia” assume uma conotação positiva. Bloch, devemos admitir, também ressalta o caráter totalitário de algumas das utopias tradicionais, e critica uma certa tendência marxista que realiza a projeção de um mundo perfeito a partir de uma concepção puramente mecanicista da História. Contudo, a percepção das insuficiências presentes nas manifestações históricas do ideal utópico não o leva a desacreditar da utopia enquanto tal. Muito pelo contrário, Bloch considera a esperança um verdadeiro princípio, e lhe confere um papel primordial na instauração de uma ordem social que corresponderia não só aos “ideais de igualdade e fraternidade sintetizados pela Revolução Francesa, mas também [a]os objetivos de uma revolução socialista”.¹² Acerca da esperança, afirma Bloch:

A esperança é o único bem que resta aos homens e, mesmo que não haja ainda produzido seus frutos, nem por isso é reduzida a nada [...]. A esperança é ela mesma o cofre de Pandora, que é o mundo irrealizado, com o espaço cruel que representa seu ocultamento do qual explodem as faíscas.¹³

O princípio esperança de Bloch tem por base os *sonhos diurnos*, que à semelhança dos sonhos noturnos estudados pela psicanálise, constituem construções imaginativas que se formam a partir de desejos. Estas construções imaginativas são na

¹¹BUBER, Martin. op. cit. p. 15.

¹²MÜNSTER, Arno. **Ernst Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta**. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 19.

¹³BLOCH, Ernst. **Le principe espérance**. Paris: Gallimard, 1959. v. I. p. 193. *apud* ROCHA, Suzana Munhoz da. op. cit. “*L’espérance est le seul bien qui soit resté aux hommes et qui, bien que n’ayant pas encore porté des fruits, n’est pas non plus réduite à néant[...]. L’espérance est elle même le coffret de Pandore qu’est le monde inaccompli, avec l’espace cruex que représente sa latence dans laquelle jaillissent les étincelles*”.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

verdade forças cegas, que se manifestam sem um sentido determinado, até que um impulso, sob a forma de um *novum* – um sinal despertador da consciência – ou de uma carência, produzam o despertar de uma *consciência antecipadora*, exteriorização de um “ainda-não” já tendencialmente presente em nós mesmos. Diferentemente dos sonhos noturnos, porém, os sonhos diurnos estão ao alcance de nossa razão, e podemos, portanto, exercer um certo controle sobre eles.

Deste modo é possível para Bloch falar de um “ainda-não-consciente”, fundamento da utopia, absolutamente distinto do “não-consciente” da psicanálise. Para Freud, por exemplo, os impulsos são considerados em uma perspectiva negativa: representam tudo aquilo que é reprimido, recalcado, que não se manifesta à consciência, mas está lá, em algum lugar da mente humana. O “ainda-não-consciente”, por sua vez, aponta para o possível, e, ainda mais, para o provável, instigando-nos à ação. Isto acontece, segundo Bloch, porque a realidade é um *sistema aberto*, um campo de infinitas possibilidades, e cabe a uma consciência crítica vislumbrar um objetivo global, e indicar os meios para atingi-lo. Sobre esta questão, afirma Pierre Furter, intérprete do pensamento de Ernst Bloch:

Aparece deste modo uma nova relação dialética: entre o desejo ressentido como necessidade imperiosa, o sonho acordado¹⁴ como primeira imagem de um futuro em que o desejo poderia se satisfazer e a reflexão que analisa os meios e as condições necessárias à criação desta nova situação. Por isto o desejo, na sua passagem pelo imaginário pode ser chamado “o pai do pensamento”, porque é a fonte da reflexão. A reflexão, por sua vez, informa o desejo, orientando-o no tempo através dos sonhos acordados, dando-lhe uma forma social nas expectativas, enriquecendo-o pelos modelos imaginários. Institui-se um intenso intercâmbio entre os impulsos mais profundos do nosso ser, as imagens que guiam e inspiram a

¹⁴A expressão “sonho acordado”, neste texto, corresponde à expressão alemã *Tagtraum*, que em Arno Münster é traduzida como “sonho diurno” e melhor expressa o sentido literal do termo alemão.

práxis cotidiana. Este intercâmbio não se realiza só no íntimo da psique, mas abrange toda a nossa existência, inclusive a sua dimensão social.¹⁵

Ao introduzir em suas reflexões os conceitos de *sonhos diurnos*, *dialética antecipadora*, e *utopia concreta*, o autor de *Das Prinzip Hoffnung* busca uma revalorização do ideal utópico, sem com isto renunciar à tradição de pensamento marxista. Ernst Bloch nos conduz, deste modo, a uma compreensão de utopia como sendo uma projeção imaginativa de uma sociedade ideal com base em um desejo, cuja análise revela implicações éticas, psicológicas e até mesmo metapsicológicas. Neste sentido, não podemos aceitar a expressão “sociedade perfeita”, utilizada por Isaiah Berlin, por exemplo, com referência à utopia. Se, como afirma Bloch, a visão da nova sociedade tem por base um desejo, ela não pode ser perfeita, pois a noção de perfeição nos leva a pensar em algo acabado, e, por isto estático, ao passo que o desejo é dinâmico, implica em um contínuo impulso a uma ação transformadora. A partir de Bloch, portanto, podemos utilizar preferencialmente a expressão “sociedade ideal”, na qual se busca uma correspondência entre a realidade e a idéia, ou, ainda melhor, a expressão “sociedade desejada”, que diz respeito aos anseios do utopista que só podem se realizar, não no indivíduo, mas na comunidade humana.

É importante compreendermos que, em Bloch, a utopia adquire um caráter realista, pois, para este autor, nenhum utopista elabora um sistema desvinculado de sua própria experiência, de seu próprio ambiente social. Mesmo a Utopia de More, que é apresentada como uma ilha distante, possui 54 cidades, correspondendo aos 54 condados

¹⁵FURTER, Pierre. **Dialética da esperança**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1974. p. 85.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

da Inglaterra na época. Em outras palavras, para o utópico, é *esta* sociedade que se gostaria de ver transformada. O modelo de utopia proposto por More, no entanto, que havia inaugurado um padrão para as narrativas utópicas no início da Idade Moderna, cede lugar, a partir do século XIX, a uma maneira radicalmente diferente de se pensar a utopia. Desde então, não se trata mais de produzir construções imaginativas, nas quais se esboçam instituições “muito absurdas”, e “mais desejadas que esperadas”¹⁶, mas de “fazer da modernidade uma experiência baseada na ciência e na técnica, vivida a partir da Europa, e não mais em ilhas ou terras distantes”.¹⁷ Tanto assim que Fourier não elaborou a teoria dos quatro movimentos com a intenção de produzir uma obra de ficção, tampouco Owen se deu ao trabalho de edificar New Harmony, uma comunidade utópica na América, tendo como propósito unicamente acrescentar mais alguns elementos à cultura estabelecida. Eles viam a si mesmos, pelo contrário, como iniciadores de um movimento que culminaria numa transformação profunda de toda a sociedade.

4. O anarquismo: uma utopia?

Se entendermos a utopia como projeção de um desejo por uma ordem social harmônica e justa, como nos sugere Bloch, perceberemos que o anarquismo, tal como se apresenta no século XIX, é verdadeiramente uma utopia. Assim como Saint-Simon, Fourier e Owen, os anarquistas também preconizavam uma nova sociedade, indicando os meios

¹⁶Cf. MORE, Thomas. A Utopia. in: **Os pensadores**. São Paulo : Abril Cultural, 1972. v. X: Erasmo e Thomas More.

¹⁷PAZ, Francisco Moraes. **Utopia e modernidade**. Curitiba : Editora da Universidade Federal do Paraná, 1994. p. 7.

para que ela se instaurasse. Tendo a liberdade como princípio informador, o anarquista busca uma sociedade outra, radicalmente diferente daquela em que se encontra inserido. “É neste momento”, afirma Helena Mueller, “que se explicita o viés utópico do anarquismo, pois dessa maneira ele se coloca nitidamente enquanto ruptura com a história”.¹⁸ Há autores, entretanto, que insistem numa distinção radical entre anarquismo e utopia. George Woodcock, por exemplo, afirma que:

[...] É um erro identificar o anarquista com o utópico. A característica básica do pensamento utópico é o desejo de criar uma sociedade ideal, após o que não haverá mais nenhum progresso ou mudança, uma vez que - por definição - o ideal é sempre perfeito e portanto estático. Os anarquistas sustentam que não podemos utilizar a experiência do presente para planejar o futuro. Se exigirmos liberdade de escolha, devemos esperar a mesma exigência de nossos sucessores.¹⁹

Mas seria realmente absurdo identificar elementos utópicos na teoria anarquista ou vice e versa? Se é certo que o discurso utópico apresenta um ideal pronto e acabado, não constitui exagero identificar o anarquismo como o extremo oposto? Para Woodcock, o anarquismo é a condição na qual tudo se encontra por fazer, como exigência mesma de um conceito de *liberdade*. Ora, mas só existe uso do livre arbítrio na medida em que há um ideal a ser perseguido, e este não pode constituir-se numa indeterminação absoluta, mas, pelo contrário, deve afirmar algo de positivo. E, se assim é, por que não chamar este “algo” de utopia?

O fato é que Woodcock parte de uma noção pejorativa do termo “utopia”, tomando-o como sinônimo de um projeto irrealizável. São inegáveis, porém, as determinações delineadas por teóricos anarquistas, como a “abolição do Estado e do

¹⁸MUELLER, Helena Isabel. **Anarquismo: utopia das utopias**.

¹⁹WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. São Paulo : L&PM, 1984. p. 17.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

governo, liberdade como princípio de associação, igualdade entre todos os membros da sociedade, paridade e liberdade sexual, prática do apoio mútuo e em geral da solidariedade, economia quase sempre socializada segundo modelo comunista, socialista ou sindicalista, e, portanto, suposto desfrutamento racional dos recursos, repartição igualitária, entre todos os indivíduos, dos trabalhos mais árduos, integração entre trabalho manual e intelectual, entre cidade e campo”.²⁰ Não seria absurdo, portanto, identificar uma confluência entre os projetos sociais de Saint-Simon, Fourier e Owen, e “aquela visão da sociedade anarquista definida e descrita, em suas múltiplas determinações, como um projeto verdadeiro e próprio, pensado segundo esquemas racionais”.²¹

Mas, sendo assim, quais são as especificidades da utopia oitocentista? De que modo o século XIX é palco de uma mudança de enfoque na história das utopias? Para responder estas questões é interessante que nos remetamos às considerações do historiador Frank Manuel a este respeito.

Frank Manuel, em *Utopian thought in the western world* e em um artigo intitulado *Toward a psychological history of utopias*, indica quatro elementos para reconhecermos a ruptura operada pelos utópicos do século XIX. Primeiramente, de acordo com Manuel, as utopias oitocentistas não são estáticas, mas *dinâmicas*, isto é, descrevem uma sociedade em contínua transformação. Em segundo lugar, elas revelam uma preocupação para que a *individualidade* seja resguardada. Além disso, segundo Manuel, existe uma preocupação com os *meios* a serem utilizados para se atingir a sociedade

²⁰BERTI, Nico. La dimensione utópica nel pensiero anarchico. In: **Volontà**: rivista anarchica trimestrale. n. 3, 1981, p. 1. (trad. de Helena Isabel Mueller).

²¹Ibidem, p. 1.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

desejada, uma vez que a utopia não é mais vista como químera, mas sim como verdadeira possibilidade. Finalmente, Manuel nos chama atenção para o fato de que a utopia neste período já admite o *fim do Estado* como algo desejável. Além destes quatro elementos, Frank Manuel esboça ainda algo que poderíamos considerar um quinto sinal de ruptura: a questão da liberdade sexual. Não devemos pensar no entanto que, a partir destes elementos, Manuel busque estabelecer um novo padrão, válido de modo absoluto para todos os utopistas do século XIX. O que Frank Manuel faz, isto sim, é apontar para o *novo*, para aquilo que a utopia deste período tem de mais inédito, e é extremamente interessante perceber que estes temas estão todos presentes no ideário de pensadores anarquistas no século XIX, o que nos permite reafirmar o anarquismo como uma verdadeira utopia.

Das características arroladas por Manuel para definir a especificidade do pensamento utópico do século XIX, aquela que mais claramente se aproxima do ideário anarquista certamente é a proposta de extinção do Estado. Mas para os anarquistas desse período em geral, o Estado moderno não é senão *um* dos focos de poder a ser combatido. Para eles é preciso eliminar de uma vez por todas a desigualdade social advinda da autoridade. O poder que o homem exerce sobre a mulher, o senhor sobre o servo, o cidadão sobre o estrangeiro, tudo isto deve acabar de uma vez por todas.

Opondo-se a uma antropologia pessimista, que tornaria a coerção e a violência indispensáveis para manter a harmonia do corpo político, os anarquistas acreditam numa tendência natural do homem à cooperação voluntária. Numa visão hobbesiana o fim do estado significaria uma volta ao estado de natureza, um estado de guerra de todos contra todos. Para os anarquistas, porém, o fim do Estado nacional

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

moderno seria o início de um novo tempo, no qual se veriam desabrochar todas as potencialidades humanas, antes sufocadas sob o jugo da autoridade. E mais: os anarquistas não realizam uma crítica superficial das instituições políticas, apontando esta ou aquela insuficiência, mas, pelo contrário, ela se dirige a seu principal fundamento, o *princípio de autoridade*. Assim a crítica anarquista ao Estado nacional moderno não é senão parte de uma crítica ainda mais ampla, a saber, aquela relativa à matriz *ordem/obediência*, que se refere não só ao poder de Estado, mas a qualquer outra espécie de dominação. É, portanto, esta recusa da autoridade, em todas as suas determinações históricas dadas ou possíveis, presente no pensamento anarquista, do mutualismo ao anarco-sindicalismo, passando pelo anarco-coletivismo, anarco-comunismo, e mesmo pelas idéias de pensadores isolados, como Max Stirner, Henry David Thoreau ou Leon Tolstoi, que dá forma a aquilo que poderíamos chamar de “visão de mundo anarquista”.

Entre os utopistas do XIX o tema é igualmente recorrente. Após obter resultados positivos em seus cotonifícios, humanizando as condições de trabalho, Robert Owen ficava a imaginar a reforma sem precedentes que o governo seria capaz de realizar com seus imensos recursos. O fracasso de suas propostas ao parlamento britânico, porém, ora recusadas, ora tão cheias de emendas que se tornavam irreconhecíveis, levou aos poucos o patrão caridoso de New Lanark à conclusão de que o governo é incapaz de fazer qualquer coisa de bom. Também Saint-Simon, ao classificar os legisladores como ociosos, ou Fourier, cuja teoria da atração passional dispensava a necessidade de coerção para o funcionamento da sociedade, também anunciam de certa forma outro elemento que,

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

segundo Frank Manuel, caracteriza a utopia oitocentista: o fim do Estado. De acordo com este autor:

Nas utopias antigas - os alemães chamavam este gênero de “Staatsroman” - o príncipe ou o legislador haviam sido os promulgadores e preservadores da boa ordem econômica. Na utopias do início do século XIX, o Estado tornou-se um tipo de superestrutura supérflua que deveria, e estava destinada, a desaparecer. Resolva o problema da organização do trabalho - ou invoque o *droit à la paresse*, de Paul Lafargue - e você resolve o problema da felicidade humana. Se o sábio Utopus foi uma vez a mola central do sistema, o inflado mecanismo social do século XIX veio a ser reconhecido como um corpo estranho, e provavelmente inimigo da ordem econômica ideal. Felicidade ou miséria psíquicas, as alegrias do emprego e prosperidade ou os horrores da fome, fluíam diretamente da escolha de uma economia. A sociedade podia ser “administrada” pelo sistema bancário central dos planejadores saint-simonianos, ou poderia ser uma mercearia em livre funcionamento, uma anarquia econômica à maneira proudhoniana. Em qualquer caso, o Estado não era mais a instituição utópica focal - um agudo deslocamento do centro gravitacional do modo anterior. A sociedade não tinha mais que ser regida e policiada, simplesmente tinha que ser organizada e administrada. Não antes do final do século XIX [...] seria o Estado novamente restaurado a um papel de direção na sociedade ideal.²²

Na utopia de More a figura do rei era tão importante que sua ausência implicava mesmo em perturbações atmosféricas. Também em Campanella o governante é uma peça chave, uma vez que objetivo de sua utopia é a justificação da teocracia papal como uma possibilidade política desejável. No século XIX, pelo contrário, o Estado passa a

²²MANUEL, Frank. Toward a psychological history of utopias. In: *Deadalus*. n. 94, 1965. p. 309. “*In the older utopias - the Germans named the genre “Staatsroman” - the prince or the legislator had been the promulgator of the good economic order and its preserver. In the early nineteenth century utopias, the state became a sort of superfluous superstructure which ought, and was destined, to wither away. Solve the problem of the organization of labor - or invoke Paul Lafargue’s Droit à la paresse - and you solve the problem of human happiness. If wise Utopus was once the mainspring of the system, the inflated state mechanism of the nineteenth century came to be regarded as an oppressive foreign growth that was probably inimical to the ideal economy. Psychic happiness or misery, the joys of employment and prosperity or the horrors of starvation, flowed directly from the choice of an economy. Society could be ‘administered’ by the central banking system of the Saint-Simonian planners, or it might be a free-functioning grocery-store, an economic anarchy in the Proudhonian manner. In either event, the state was no longer the focal utopian institution - a sharp transfer of the gravitational center from the earlier mode. Society did not have to be ruled and policed, it merely had to be organized and administered. Not until the late nineteenth century, in such state capitalist utopias as Theodor Hertzka’s Freiland (Leipzig, 1889), was the state again restored to a directing role in the ideal society.*”

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

ser visto pelos utopistas como uma instituição supérflua, senão prejudicial ao bom funcionamento da sociedade, como é o caso da utopia anarquista, que advoga sua extinção.

É importante notar que, ao insistirem na positividade da natureza humana, imputando os males do mundo burguês a uma má ordenação da sociedade, os socialistas utópicos – e por extensão os anarquistas, que partilham algumas de suas principais características – não rompem com o modelo de utopia inaugurado por Thomas More. Por mais que os domínios do Rei Utopus representassem o extremo oposto da Inglaterra no século XVI, ambos são habitados por seres humanos que compartilham das mesmas potencialidades. Para os utopistas do início da Idade Moderna – More, Campanella, Andreae, etc. –, o homem desenvolve seu lado mau porque encontra condições para isso, mas é também capaz de desenvolver a bondade, o altruísmo, a justiça, desde que a sociedade forneça condições que propiciem o desabrochar destas tendências humanas. Condições que, tanto anarquistas quanto utópicos do XIX, julgam possíveis de serem realizadas.